



## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de cadeiras giratórias, com fornecimento, entrega e montagem, destinadas ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Cabo Frio, contemplando cadeiras tipo Presidente para vereadores e cadeiras tipo Operacional para servidores, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados máximos estabelecidos neste instrumento.

### **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de substituição, reposição e complementação do mobiliário utilizado nos setores administrativos e gabinetes parlamentares da Câmara Municipal de Cabo Frio, em razão do desgaste natural, obsolescência e inadequação ergonômica de parte das cadeiras atualmente existentes.

2.2. Considerando que as necessidades podem surgir de forma gradual e variável ao longo do exercício, opta-se pelo Sistema de Registro de Preços, que possibilita aquisições conforme a demanda real, melhor planejamento orçamentário, economicidade e eficiência administrativa, conforme fundamentado no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. O presente Termo de Referência é elaborado em conformidade com a Lei Federal nº14.133/2021, bem como demais normas legais e regulamentares aplicáveis às contratações públicas.

### **4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

#### **4.1 Características gerais obrigatórias (aplicáveis a todos os itens)**

- Cadeiras novas, sem uso prévio;
- Estrutura giratória;
- Revestimento em couro PU (poliuretano);
- Cor preta;





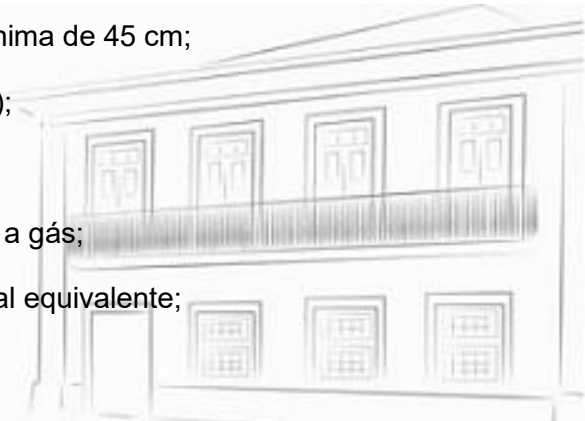
- Braços fixos;
- Ajuste de altura por sistema pneumático a gás;
- Base em formato estrela com 05 (cinco) pontas, com rodízios;
- Entrega, montagem e posicionamento inclusos, sob responsabilidade integral da contratada;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses.

#### 4.2 Item 1 – Cadeira Giratória Presidente (Vereadores)

- Quantidade estimada máxima: 17 (dezessete) unidades;
- Tipo: Presidente;
- Encosto alto, reclinável de 90° a 135°, com sistema de trava;
- Suporte lombar ajustável, para alinhamento da coluna;
- Assento ergonômico, com borda frontal em cascata;
- Revestimento em couro PU (poliuretano);
- Braços fixos;
- Ajuste de altura por sistema pneumático a gás;
- Base em aço cromado ou material de resistência equivalente;
- Capacidade mínima de carga: 120 kg.

#### 4.3 Item 2 – Cadeira Giratória Operacional (Servidores)

- Quantidade estimada máxima: 127 (cento e vinte e sete) unidades;
- Tipo: Operacional;
- Encosto anatômico, com altura mínima de 80 cm;
- Assento estofado, com profundidade mínima de 45 cm;
- Revestimento em couro PU (poliuretano);
- Braços fixos;
- Ajuste de altura por sistema pneumático a gás;
- Base em nylon reforçado, aço ou material equivalente;
- Capacidade mínima de carga: 110 kg.





4.4. Serão admitidos produtos equivalentes ou superiores às especificações descritas, desde que comprovada tecnicamente a equivalência mediante apresentação de catálogo, ficha técnica ou documentação do fabricante, sujeita à análise e aprovação da Administração.

## 5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do certame empresas que atendam às exigências do edital e comprovem capacidade técnica para fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação.

## 6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

6.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item.

6.2. Em caso de empate, será observado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Não será aceito valor unitário superior ao valor estimado pela Administração.

## 7. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação/divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, quando cabível, nos termos da legislação vigente.

7.2. O registro de preços não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, constituindo mera expectativa de contratação, conforme necessidade e conveniência administrativa.

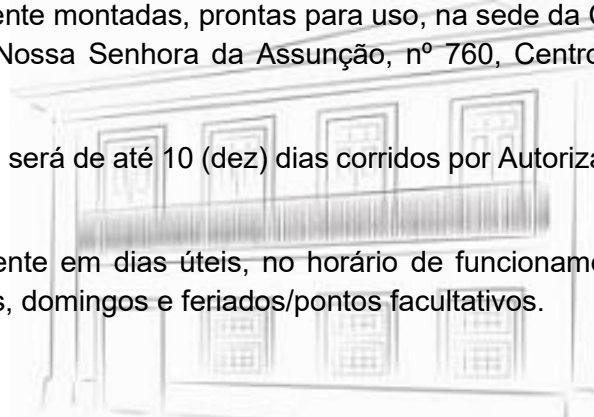
## 8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, ENTREGA, MONTAGEM E RECEBIMENTO

8.1. As contratações ocorrerão sob demanda, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.2. As cadeiras deverão ser entregues totalmente montadas, prontas para uso, na sede da Câmara Municipal de Cabo Frio, situada na Avenida Nossa Senhora da Assunção, nº 760, Centro, Cabo Frio/RJ.

8.3. O prazo máximo para entrega e montagem será de até 10 (dez) dias corridos por Autorização de Fornecimento.

8.4. As entregas deverão ocorrer exclusivamente em dias úteis, no horário de funcionamento da Câmara, sendo vedadas entregas aos sábados, domingos e feriados/pontos facultativos.





8.5. O descarregamento, montagem e posicionamento das cadeiras serão de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo ser disponibilizada equipe mínima de 02 (dois) funcionários para execução dos serviços.

8.6. O recebimento do objeto ocorrerá de forma provisória, para conferência quantitativa e qualitativa, e será considerado definitivo somente após a verificação da conformidade técnica e funcional.

8.7. Eventuais ocorrências ou não conformidades deverão ser formalmente comunicadas à Diretoria Administrativa, para adoção das providências cabíveis.

## 9. GARANTIA E SUBSTITUIÇÃO

9.1. A contratada deverá garantir os produtos contra defeitos de fabricação por, no mínimo, 12 (doze) meses.

9.2. Constatada qualquer não conformidade, a contratada deverá proceder à substituição do item no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

## 10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Será exigida a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de cadeiras ou mobiliário corporativo com características semelhantes às deste Termo de Referência.

10.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- Identificação do emitente;
- Identificação da empresa fornecedora;
- Descrição do objeto fornecido;
- Quantitativo compatível;
- Declaração de fornecimento satisfatório.

10.3. Será admitido o somatório de atestados, não sendo exigido quantitativo mínimo ou prazo mínimo de fornecimento anterior.

## 11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.





11.2. Serão observadas as retenções tributárias previstas em lei, quando aplicáveis.

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços poderão ser reajustados após 12 meses contados da data do orçamento estimado da contratação.

12.2. O reajuste será calculado com base no IPCA/IBGE ou índice oficial que o substitua.

12.3. O pedido deverá ser formalizado e analisado pela Administração.

## 13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Será assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art.124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fato superveniente imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis.

13.2. O pedido deverá ser instruído com documentação comprobatória e será analisado pela Administração.

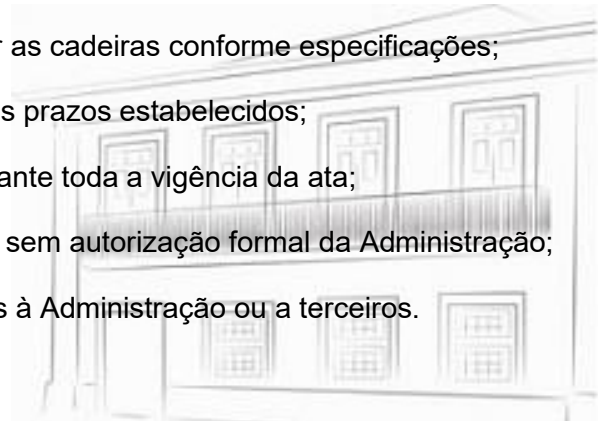
## 14. FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização será exercida por servidor designado pela Administração, competindo-lhe acompanhar a execução do objeto, rejeitar itens em desconformidade, registrar ocorrências e atestar o recebimento.

14.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto.

## 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer, entregar, montar e posicionar as cadeiras conforme especificações;
- Substituir itens em desconformidade nos prazos estabelecidos;
- Manter as condições de habilitação durante toda a vigência da ata;
- Não subcontratar a execução do objeto sem autorização formal da Administração;
- Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros.





## 16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- Emitir autorizações de fornecimento conforme necessidade e disponibilidade;
- Proporcionar condições adequadas para entrega e montagem;
- Efetuar os pagamentos conforme condições estabelecidas.

## 17. DA ADESÃO À ATA

17.1. A Ata poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. As adesões dependerão de anuência do órgão gerenciador e concordância do fornecedor.

17.3. Deverão ser observados os limites quantitativos legais.

## 18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

18.1. O registro poderá ser cancelado nas hipóteses de:

I – Descumprimento das condições da Ata;

II – Recusa injustificada em contratar;

III – Não aceitação de redução de preços;

IV – Razões de interesse público;

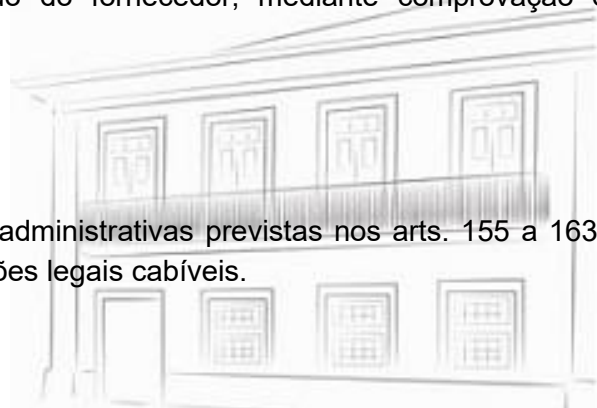
V – Aplicação de sanção impeditiva.

18.2. Será assegurado contraditório e ampla defesa.

18.3. Poderá ocorrer cancelamento a pedido do fornecedor, mediante comprovação de fato superveniente.

## 19. PENALIDADES

19.1. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.





## 20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas com base na Ata de Registro de Preços correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, a serem indicadas no momento de cada Autorização de Fornecimento.

## 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, preferencialmente Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços.

21.2. Aplicam-se ao presente Termo de Referência os princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade e transparência.

Cabo Frio, 12 de fevereiro de 2026.

---

Paulo Fernando Gomes Tatsch

Superintendente de Infraestrutura

### MODELOS



**Cadeira Giratória Presidente –  
Vereadores (Courino)**

**Cadeira Giratória Operacional –  
Servidores (Courino)**